

Entrevista com Elisa Pereira Reis

11 de dezembro de 2009.

Entrevistadores: Angela Paiva (AP), Paulo D'Ávila (PA), Santuza Naves (SN)

Ângela Paiva: Hoje é 11 de dezembro de 2009 e iniciamos agora uma entrevista com a professora Elisa Pereira Reis, professora do IFCS (UFRJ), com a presença de Paulo D'Ávila, Santuza Cambraia Naves e eu, Ângela Paiva. Anelise Gondar, secretária da revista, participa da entrevista como assistente.

Bem, vamos começar com as perguntas primordiais.

Santuza Naves: Por que você decidiu enveredar pela área de Ciências Sociais?

Elisa Reis: Acho que não sou muito original, pois, como todo mundo da minha geração, fui fazer Ciências Sociais porque queria mudar o mundo. Quando saí de casa para estudar, eu ia fazer Engenharia. Eu morava numa cidade pequena no interior de Minas, Ibiá. Queria fazer o curso Científico e depois Engenharia. Tem uma história engraçada, porque não era comum mulher sair para estudar. Em geral, elas faziam o curso de normalista para depois eventualmente tentar um curso superior. Eu não queria fazer o Curso Normal, porque tinha medo de ficar presa lá e acabar não saindo. Quando eu disse que queria fazer o curso Científico, minha avó ficou muito preocupada e disse que “menina mulher não sai de casa sem os pais”. Ela então me ofereceu um cavalo para eu ficar. Aceitei o cavalo e fui assim mesmo, fiquei com as duas coisas.

AP: Sua avó não tomou o cavalo de volta?

ER: Não, o cavalo continuou comigo. Mas fui para Uberaba fazer o curso Científico. No primeiro ano do curso Científico comecei a fazer política estudantil, na União Estudantil Uberabense. E nessa política estudantil mudei imediatamente para fazer Sociologia e Política. Eu já sabia que era Sociologia e Política, era a escola da UFMG, onde estavam as pessoas que iam mudar o mundo, eu queria ir para lá. Fiz dois anos em Uberaba e o terceiro ano eu já fiz em Belo Horizonte, no Colégio Estadual.

AP: E você fez a graduação na UFMG?

ER: Isso, na UFMG, no curso de Sociologia e Política, que funcionava na Faculdade de Ciências Econômicas.

SN: Você entrou em que ano?

ER: Entrei em 1964, exatamente no mês do golpe militar.

AP: Você pegou toda a efervescência política na Universidade.

ER: Por sorte o golpe foi poucos dias antes, então eu me protegi um pouco, do contrário seria mais complicado. Fiquei quatro anos lá e, quando terminei o curso, já no mesmo espírito de ir onde as coisas estão quentes, fui para o Chile. Passei um ano lá fazendo uma pós-graduação no Instituto Latino-Americano de Doutrina e Estudos Sociais, ILADES. E de lá vim para o Rio e vim aqui na PUC procurar emprego. Consegui.

Paulo D´Ávila: Essa pós-graduação que você fez era a nível de mestrado?

ER: Na época não tinha essa equivalência, porque não tinha mestrado. Mas quando fui fazer mestrado no IUPERJ me deram a equivalência; então 50% dos créditos foram feitos no Chile. Esse curso no Chile tinha dois níveis: tinha o de graduação, de Formação de líderes na América latina, e tinha um curso que chamavam de Especialização em Sociologia do Desenvolvimento, que foi o que eu fiz e que já era uma pós-graduação, só não tinha o título formal. Eu fui muito desavisada, pois achava que ia para um curso laico e, quando cheguei lá, vi que era um curso de jesuítas. Isso foi um motivo de grande decepção para mim. Acho que também eu não estava preparada para a vida no Chile, pois tinha 21 anos de idade, nunca tinha saído do Brasil.

AP: Você foi sozinha para o Chile?

ER: Sozinha, sozinha. O Instituto me ofereceu uma bolsa que era o salário mínimo da época, e era difícil viver com salário mínimo. E logo no começo eu fiquei muito decepcionada, porque era uma instituição católica. Eu tinha sido educada como católica quando criança, mas naquele momento precisava negar isso. Mas, aconteceu que o diretor da escola, Pierre Bigo, que tinha trabalhos muito citados sobre Marx, me chamou e disse: “Eu senti que não era bem o que você queria, mas se você quiser ir embora, sua passagem está aqui”. E ele me mostrou uma passagem na sua gaveta. “Você vem cá e me pede”. Com isso eu me acalmei, fiquei e gostei muito. Eu fazia pós-graduação e era assistente no curso de Formação de Lideranças. Foi um curso que formou várias pessoas que mais tarde se tornaram ministros de Estado, líderes sindicais, deputados, senadores.

AP: Você se lembra de alguns dos companheiros?

ER: José Antônio Viera Gallo, por exemplo, que foi ministro da Justiça no Chile e que foi fundamental na transição democrática.

Estive no Chile em 1968 e em 1969 vim morar no Rio, procurar emprego. O Bolívar

Lamounier, que é mineiro também, me trouxe aqui na PUC para poder me apresentar ao Departamento de Sociologia e Política, e fui contratada para substituir o padre Ávila, que tinha ido para o IBRADES [Instituto Brasileiro de Desenvolvimento]. Ele ensinava uma cadeira chamada “Evolução do Pensamento Sociológico”, que eu assumi. Na época, eu era contra essa história de “evolução” e rebatizei o curso como “Teoria Sociológica”. Este nome era só para os meus alunos; oficialmente era “Evolução do Pensamento Sociológico”. E fiquei aqui na PUC de 69 a 72, quando saí para fazer doutorado e pedi demissão. Eu aprendi muita teoria, pois passava a semana inteira preparando aula sobre Marx, Durkheim e Weber. E ao mesmo tempo em que eu trabalhava aqui, também fui trabalhar no IBRADES. O IBRADES foi fundado como uma extensão do ILADES, que era esse instituto em que eu tinha trabalhado no Chile. Eu também fui dar aula lá, onde era assistente do Hélio Jaguaribe.

Nesse tempo, quando eu trabalhava aqui, fiz mestrado no IUPERJ em Ciência Política; na época ainda não havia o curso de Sociologia. Fiz rapidamente, porque eles reconheceram 50% dos créditos que tinham sido feitos no Chile. Em 72, quando saí daqui, já estava com a tese defendida.

E fui em 72 para os Estados Unidos e voltei em 75, quando comecei a trabalhar na Fundação Getúlio Vargas, onde fiquei entre 75 e 77. Em 1978 eu voltei para os Estados Unidos para terminar a tese. Fiquei mais um ano e meio.

PA: Na Fundação Getúlio Vargas, você trabalhou no CPDOC?

ER: Mais tarde sim, mas meu primeiro trabalho lá foi no IBRI, o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, onde eu era assistente de pesquisa do Simon Schwartzman. Fizemos um estudo sobre o *brain drain*, e depois o próprio Simon me levou para a EBAP [Escola Brasileira de Administração Pública]. Na EBAP fiquei muito tempo, de onde saí para fazer doutorado com licença. E retornei depois.

PA: Quando é que você começou a dar aula no IUPERJ?

ER: Em 1976. Quando eu fiz o *qualifying* no MIT [Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, Mass], voltei para cá. Em 76 dei um curso como professora convidada no IUPERJ e fui ficando. Fui embora fazer doutorado, terminar a tese e, quando voltei com a tese defendida, fui contratada oficialmente pelo IUPERJ. Isso foi em fevereiro de 1980.

PA: Elisa, você vê muita diferença na pós-graduação da sua época para hoje?

ER: Muita. A primeira diferença é que quase ninguém tinha bolsa. Eu fazia mestrado, trabalhava aqui na PUC e no IBRADES e depois na Fundação Getúlio Vargas. Eram pouquíssimas as bolsas e, no caso do IUPERJ, só três ou quatro pessoas que trabalhavam

em pesquisa tinham bolsa de estudo. Como não existia doutorado, os padrões de exigência do mestrado eram incríveis, as pessoas faziam teses gigantescas. Eu sempre fui contra isso. Naquela época fiz uma tese mínima, talvez a menor tese de mestrado que já teve no IUPERJ.

SN: Qual foi o tema de sua dissertação de mestrado?

ER: Foi sobre política cafeeira e formação do Estado Nacional. Havia uma norma no IUPERJ de que a tese tinha que ter um mínimo de 70 páginas. Eu escrevi 68, peguei mais duas tabelas que eu achei por lá e completei as 70 páginas e entreguei. Era uma tese de que gosto até hoje, que tentava mostrar que a política cafeeira do Brasil serviu aos interesses do Estado enquanto Estado. O Estado começou a transferir renda do setor cafeeiro para a indústria e, nesse papel de mediador entre indústria e agricultura, ele se fortaleceu. Esse é o processo de *State building*.

AP: O seu argumento em “Elites agrárias” [artigo publicado na revista *Dados* 3, 1982] vem da tese?

ER: Na época eu nem tinha percebido, eu achava que estava fazendo uma tese sobre interesses cafeeiros, foi uma tese com ênfase de economia muito forte. E quando eu fui para o MIT trabalhar com “elites agrárias”, só muito mais tarde eu vi a conexão com as duas teses. Na época eu não percebi mesmo. Na minha tese de mestrado, usei material de congressos de política cafeeira e analisei basicamente o IBC (Instituto Brasileiro do Café). Na tese de doutorado eu fui mais atrás, abordando o final do século XIX. Na tese de mestrado eu analisei como o IBC se prestou para a formação, principalmente para a expansão do Estado. Uma das pessoas na minha banca era o Edmar Bacha, e apliquei modelo de comércio internacional dele para mostrar isso. Estavam também o Amaury de Souza e o Simon Schwartzman, é claro, que era meu orientador.

SN: Em que ano você defendeu a tese de mestrado?

ER: Em julho de 72.

SN: O Edmar Bacha estava na UnB nessa época?

ER: Se não me engano ele estava no IPEA. Depois é que foi para a UNB e mais tarde para a PUC.

AP: Elisa, gostaria que você falasse sobre a sua atuação profissional, contando como se tornou professora e como ajudou a consolidar a pós-graduação no Brasil, no Rio de Janeiro

especificamente. Gostaria também que você dissesse como vê a atuação desse grupo de mineiros que vieram das Ciências Sociais da UFMG, como o Simon Schwartzman, o Bolívar Lamounier e o Amaury de Souza.

PA: Muitos se abrigaram no IUPERJ...

ER: É, a turma mineira ficou entre Rio e São Paulo, porque foi muita gente também para São Paulo. E até hoje acho que ainda é um problema de Minas, porque eles formam excelentes alunos e têm dificuldade de reter as pessoas lá. Até hoje recebo excelentes alunos de pós-graduação que vêm de Minas.

Acho que o curso tinha (e ainda tem) uma formação muito sistemática, e isso é que era muito importante. Não havia curso optativo na época e todo mundo estudava as mesmas coisas; então era uma formação muito homogênea, canônica e sistemática. A faculdade também era muito condizente com isso, tinha uma biblioteca maravilhosa, a gente tinha acesso direto aos livros. E uma coisa que eu acho que era fundamental: a maioria dos alunos vinha de fora. Então a gente era totalmente disponível, eu morava na faculdade. Entrava às 7h, [entrava na] biblioteca, e saía 23h30, meia-noite quando fechava. Quer dizer, eu morava lá, estudava, conversava. A sociabilidade era toda ali. A gente não tinha família na cidade, todo mundo era recém-chegado e isso se dava com a grande maioria dos alunos.

AP: Vocês ficaram muito amigos, esse grupo?

ER: Não, na verdade a gente perdeu muito o contato. Da minha turma muito pouca gente ficou na área acadêmica. E como eu saí também, perdi muito o contato. Só morei lá durante a faculdade e o terceiro científico.

Respondendo à sua pergunta sobre a vida profissional, eu comecei a dar aula e nem sei se estava preparada para isso. Como disse para vocês, eu queria ação política, não pensava o que eu ia fazer profissionalmente. Uma das razões fundamentais de ir para o Chile foi que eu estava terminando o curso e não tinha idéia do que eu poderia fazer com aquilo, como eu ia ganhar a minha vida com aquela formação. Mas assim que eu terminei o curso no Chile e vim para cá, a possibilidade de dar aula foi a coisa mais óbvia. Eu me achava péssima professora, porque eu via e revia e repetia as coisas o tempo todo. Mas você vai se desinibindo e eu gosto muito de dar aula, a verdade é essa. Isso foi em 69. Eu já tinha dado um ano de aula como assistente no Chile em 68. Em 67, no meu quarto ano de faculdade, em Belo Horizonte, eu também fui professora, dividi um curso com uma colega. O Edmundo Campos nos convidou para dar aula para uma turma de excedentes. Nessa época tinha essa história dos alunos excedentes do vestibular, isto é, o pessoal que tinha se classificado, mas não tinha vaga para eles. Era uma turma muito combativa. E eu era tão tímida, mas tão tímida, que o dia que eu contei para o meu marido, que então era meu namorado, que eu ia dar aula, ele sentou no chão para rir e falou: “você não

consegue”. Eu era super tímida, mas você começa a desenvolver e hoje em dia eu adoro dar aula. No semestre em que não dou aula eu sinto muita falta.

AP: E seu lado de engajamento político?

ER: Foi totalmente sublimado pela teoria...

PA: Eu tenho observado nos alunos essa motivação. Mas vão chegando ao final e começam a fazer estágio, há um movimento em que o mercado de trabalho vai se sobrepondo.

ER: Dá um toque de realidade.

Eu acho que se eu tivesse entrado antes do golpe, provavelmente teria sido mais ativista, mas eu já entrei no clima de repressão e medo, claro. Acho que foi uma sorte enorme em 68 eu não estar no Brasil, porque muita gente de quem eu era muito próxima caiu na clandestinidade e teve um desenlace terrível. Eu fui protegida por estar fora do Brasil. Cheguei logo depois do AI-5 e então me cuidei.

AP: Mas voltemos ao assunto de sua atuação profissional.

ER: Como eu estava dizendo, como profissional mesmo, sozinha em sala de aula sem ser assistente, só aqui na PUC. E aqui eu tive excelentes alunos — Luiz Antonio de Castro Santos, Eduardo Viveiros de Castro, Tânia Salem, Eduardo Escorel — que me ameaçavam muito, porque eu tinha a mesma idade que eles e alguns eram muito questionadores. Então eu morria de medo.

AP: Você aí já estava menos tímida?

ER: Já estava menos tímida. Já tinha vivido um ano sozinha no Chile.

AP: E sua atuação profissional como pesquisadora?

ER: Eu sempre me dediquei à pesquisa. Escrevi meu primeiro artigo ainda na Faculdade, no segundo ou terceiro ano. E não havia nenhuma dessas revistas que a gente vê por aí. A revista que existia, por exemplo, era *O trimestre econômico*. E eu fiz para uma publicação do Diretório Acadêmico dos estudantes da FACE-UFMG um artigo sobre a participação política de operários em São Paulo na primeira década do século XX. Os operários dessa época faziam reivindicações estritamente profissionais e não participavam da vida política de São Paulo. A resposta era meio óbvia: todo mundo era imigrante, com forte tradição anarquista. As fontes que utilizei foram atas de

reunião que apareciam em uma publicação operária cujo nome não me lembro mais. Essa foi a primeira pesquisa que eu fiz por minha conta.

AP: Você sempre gostou de escrever?

ER: Sempre, sempre. Escrevia muito coisas literárias; no tempo da Faculdade publiquei alguns contos, umas coisinhas. Quando eu fiz vestibular, tinha dúvida sobre o que fazer, se fazia literatura ou sociologia. Eu gostava muito de escrever e, depois dessa pesquisa sobre o movimento operário, trabalhei nessa outra sobre *brain drain* que estava comentando aqui. Era um projeto da ONU, de um organismo da ONU, em 20 países, para analisar esse êxodo de cérebros, como se falava. O Simon Schwarzman ficou encarregado da parte brasileira e o Renato Boschi, a Magda Prates Coelho e eu trabalhávamos com ele. E era uma frustração, porque o questionário era padronizado nos 20 países e não tinha evasão nenhuma no Brasil. A gente entrevistava quem estudou fora — que era só pessoas com nível superior — e praticamente 100% retornavam; você tinha menos de 1% de pessoas que decidiam ficar no exterior. Então isso era uma coisa muito frustrante, porque a maioria dos questionários era “não se aplica”, “não se aplica”. Hoje há uma evasão de brasileiros tão grande que é uma mudança radical. Recentemente o Simon “escaneou” toda a documentação que acumulamos desse projeto e me mandou uns artigos que fizemos sobre isso. Foi um projeto bem grande; acho que trabalhei nisso uns dois anos. Depois disso foi já a minha tese de mestrado.

SN: Gostaria que você falasse um pouco sobre doutorado no MIT. Quantos anos você passou lá?

ER: Eu passei três anos fazendo o curso e então voltei para o Brasil e trabalhei mais três. Voltei depois para lá e fiquei mais um ano e meio para escrever a tese. Foi uma experiência muito gratificante. Eu fui contra a minha vontade. Queria ir para a França, claro, e meu marido queria ir para o MIT.

AP: Você já estava casada?

ER: Eu já estava casada. Ele queria ir especificamente para o MIT, então a gente brigou muito. Eu não lembro se a gente decidiu na sorte, mas foi alguma coisa desse tipo, porque ambas as demandas eram legítimas. E finalmente a gente aplicou para quatro universidades, cada um de nós foi aceito em duas, mas nós dois fomos aceitos no MIT, então fomos para lá. E é engraçado que as pessoas lá não tinham nem idéia de que nós éramos casados, foi fortuito realmente. E eu comecei a gostar muito do doutorado no MIT. Até hoje ele brinca que eu passei por um processo de “brainstorm”. Eu gostei muito, fui muito bem integrada, o Departamento de Ciência Política tinha muito pouco estrangeiro, então era

fácil você se integrar, não tinha muita alternativa. E Boston é uma cidade muito agradável, embora, como aluna de doutorado, eu mal visse a cidade. A carga de trabalho era tão pesada, tão pesada, que só depois, em outras visitas é que fui realmente apreciar.

AP: Vocês faziam mais créditos naquela época ou não?

ER: Muitos créditos.

AP: Muito mais do que hoje, não é?

ER: Acho que hoje mesmo ainda se faz bastante crédito no MIT, comparando com o Brasil, certamente. Em 2004 dei aula lá como professora visitante e ainda se fazia muitos cursos. Os programas de doutorado nos Estados Unidos são muito pouco tutoriais, são cursos de formação realmente. Não é tutorial como é aqui. Aqui, por mais que tenha cursos, ainda há uma marca tutorial muito forte. Ou seja, os programas de doutorado nos Estados Unidos são muito mais de formação básica e, portanto, menos especializados do que são seus congêneres europeus e brasileiros. Talvez os países escandinavos sejam exceções na Europa no sentido de que, em muitos casos, eles adotam formatos menos tutoriais. No MIT dessa época, o Departamento de Ciência Política era muito bem cotado. Sempre foi um departamento pequeno; para você ter idéia, tinha uns 20 professores. Ainda tinha muita gente da época áurea da teoria da modernização.

AP: Era a teoria predominante da época?

ER: É, acho que talvez começando o [Ocaso], mas ainda era o que dava o tom. Eu era aluna do Lucian Pye, do Daniel Lerner, pessoas que são clássicos da literatura da modernização.

PA: Marcou muito a sua opção...

ER: Muito. Fui aluna do [Samuel] Huntington em Harvard. Isso é uma coisa muito boa de Boston: o fato de você poder cursar disciplinas no MIR e em Harvard. Fiz metade do meu programa em Harvard e a outra metade no MIT.

AP: Você foi aluna do Huntington em Harvard?

ER: Sim, foi um dos melhores professores que eu já tive. Excelente professor. Fui aluna do [Albert O.] Hirschman.

AP: O Hirschman te marcou muito pela sua argumentação sobre o “interesse”?

ER: Eu acho que não, acho que foi mais via Bendix. É claro que o Hirschman me marcou, porque ele era uma pessoa extremamente brilhante. Mas ele era mais brilhante fora de aula, como professor já estava meio cansado, já não era tão estimulante. Eu acho que a questão do “interesse” veio muito mais via Bendix.

AP: E além do Bendix, qual foi outro autor que tenha te marcado muito?

ER: Olha, se for contar desde o começo, acho que as pessoas que mais me influenciaram foram o Fábio Wanderley Reis, o Simon Schwarzman, o Bendix, que não foi meu professor, mas que eu li muito, e o Barrington Moore. Esses foram os quatro com quem aprendi muito.

PA: Você falou sobre o Fábio Wanderley e gostaria de saber como foi essa relação de influências mútuas sobre a escolha das Ciências Sociais entre você e o Fábio Wanderley?

ER: Bom, eu fui aluna do Fábio e o que aprendi mesmo com ele foi teoria sociológica. Eu fui formada em [Talcott] Parsons pelo Fábio.

AP: O Fábio foi seu professor na UFMG?

ER: Eu não era próxima dele,. Hoje em dia sou, depois de 40 anos, mas não como aluna. A gente não tinha muito essa coisa de influenciar, convivia muito pouco com ele e a influência que ele teve sobre mim foi sociológica, não de ciência política. Ele era um excelente professor de teoria.

AP: Quanto à pesquisa, você acha que o seu objeto de pesquisa mudou muito da década de 90 para cá?

ER: Qualquer que seja o foco da minha pesquisa, a preocupação central dela é teórica e abstrata, mas eu sempre preciso de um objeto empírico. Acho que tem uma mudança clara dos anos 90 para cá, que é decorrente do fato de que o Estado nacional sofreu uma inflexão muito grande. Meu objeto de estudo básico era o Estado nacional. E na medida em que o Estado nacional sofreu transformações muito radicais, mais perceptivas da década de 90 para cá, fui refocando meu objeto. Toda aquela idéia de formação do Estado perdeu um pouco o sentido dada a força dos processos globais. Então, uma das coisas que me preocupa muito é ver como é o novo arranjo de relações entre o Estado, a sociedade e o mercado. Porque, como eu estava dizendo, sempre fui marcada pela sociologia política do Bendix, que era muito estruturada nesses três fatores; na formação do Estado e sempre pensando em interesses e solidariedade, mercado e sociedade. E com as mudanças que a gente observa na década de 90, eu comecei a repensar esse objeto, um pouco na defensiva,

porque eu ainda acho que o Estado nacional é um ator relevante, mas um pouco também incorporando transformações. Uma das coisas que normalmente está presente no objeto do estudo é essa questão das mudanças em curso. Acho que tem outra coisa também: não só fico preocupada com o Estado nacional como também sou permeada pela inflexão cultural da Sociologia. Fico preocupada em saber como é que as pessoas pensam essas esferas. E não é só porque quero analisar empiricamente essas esferas, ver como elas interagem, também quero entender — e isso é cada vez mais presente em meu trabalho — como que a sociedade se representa e representa esses outros fatores, o mercado e Estado. É como se tivesse um esforço de auto-reflexão, a idéia da dupla hermenêutica para mim entra por aí. Perceber esse rearranjo de relações Estado-sociedade-mercado como alguma coisa que permeia a esfera cultural, que é parte da transformação cultural do mundo. O interessante é ver como a sociedade vê essas coisas, como as pessoas vêem essas coisas.

AP: Você fez uma pesquisa com as elites. Como é que você vê essas mudanças com as elites?

ER: O estudo das elites, pensando nessa coisa de interesses, da solidariedade... Eu ficava muito incomodada com a desigualdade brasileira. Durante algum tempo tive até a intenção de montar um projeto sobre uma sociedade de mal-estar. Seria uma brincadeira com aquela sociedade do *welfare state* e aquela sociedade do mal estar. Cheguei até a conversar com o Sidney Verba que me deu umas idéias nessa direção. Depois a idéia evoluiu para estudar as percepções de desigualdade. Para poder analisar as percepções de desigualdade, eu estava preocupada em ver como é que os não-pobres convivem com a desigualdade, que justificativas morais eles usam, o que eles pensam que é possível fazer ou não fazer? Eu estava procurando estudar o problema que normalmente é estudado pela via da solidariedade, da filantropia. Eu queria estudar isso pelo ponto de vista do interesse. Quando é que é interessante para as elites investir no bem estar da população? E foi com essa preocupação que fui estudar as elites. Foi um trabalho muito gratificante, pois nessa época isso ainda não estava muito claro para mim. Fazendo a pesquisa — comecei com um “survey” —, tomei conhecimento de um livro do Abram de Swaan, *In Care of the State*, que tem exatamente uma tese de como o *welfare state* surge na Europa como consequência de interesses dos não-pobres. O Abram acabou sendo meu parceiro de pesquisa na segunda etapa do projeto, que previa uma comparação internacional. Nós montamos um projeto envolvendo cinco países para poder estudar a mesma coisa. E não usamos mais o *survey*, que seria muito caro e que também não seria o caso de utilizar. Decidimos fazer uma análise em profundidade qualitativa, com entrevistas. Aí o Abram de Swaan foi parceiro disso.

AP: E esses cinco países funcionaram ?

ER: Funcionaram. Na verdade, a gente tinha idéia de até de incluir outros, mas fizemos o que foi viável, com o Brasil, a África do Sul, as Filipinas, Bangladesh e o Haiti. O Mick Moore e a Noami Hossain fizeram Bangladesh; o Gerard Clarke e a Marites Sison Filipinas, James Manor e Noushin Kalati fizeram África do Sul; e eu fiz Brasil. E como eu com os recursos que tinha na época, financiei não só o estudo brasileiro como também o do Haiti.

AP: Você foi para o Haiti?

ER: Não, o Omar Thomaz, hoje professor de antropologia da Unicamp, estava trabalhando no Haiti e concordou em fazer essa parte para mim. E o De Swaan foi nosso interlocutor nesses cinco casos nossos. Nós fizemos reuniões de trabalho aqui no Brasil, em Paris, em Amsterdam. Foi lento, porque cada um de nós tinha uma agenda. Mas, finalmente, o Mick Moore e eu organizamos o livro *Elite Perceptions of Poverty and Inequality*, que resume os resultados do projeto.

AP: E vocês publicaram em inglês?

ER: Publicamos em inglês.

AP: E saiu ou está para sair uma tradução?

ER: Publiquei alguns artigos em português, mas sou realmente muito preguiçosa para traduzir. Se já está em inglês, quem quiser pode ler. Poderia sair, eu tenho os direitos para a língua portuguesa, negocieei isso com a editora na época, mas até hoje não tive a energia para fazer isso.

PA: Na época em que nós éramos seus alunos, você freqüentemente estava preocupada com essa dimensão volitiva da ação humana para além da idéia de interesse. Você poderia falar um pouco sobre isso?

ER: Talvez aí muito encantada com Weber, eu sempre tive a idéia de que, por mais que a gente leve em conta os determinismos estruturais, a questão da escolha e da responsabilidade dos atores é fundamental. É até uma preocupação meio moralista da minha parte: lembrar que as pessoas têm que ser responsáveis por suas ações. E acho que isso é uma coisa que até hoje é muito importante para mim. Acho que conseqüências imprevisíveis decorrem não só de contingências externas, mas também de escolhas que você faz, das margens de volição que você tem. A possibilidade de escolher é uma coisa ao mesmo tempo pesada e muito fascinante.

PA: Foram doze ou treze anos de IUPERJ?

ER: Foram quase 20. Oficialmente, foi de 1980 até 95. Mas antes eu tinha dado aula. Em 76 eu já estava lecionando lá e, se você considerar esse período, são quase 20 anos.

AP: Elisa, na década de 90, que foi uma década de grandes esperanças, de redemocratização, você tem um texto que destoa muito de algumas análises desse tempo, um texto mais pessimista em que você fala da retração da esfera pública. Você continua achando isso? Você continua sendo pessimista em relação à nossa esfera pública?

ER: Eu nem acho que aquilo é pessimismo, eu chamo aquilo de realismo. A coisa é destoante, porque a literatura desse período a que você está se referindo é uma literatura muito normativa. E acho que eu estava tentando responder a um certo exagero voluntarista.. Todo mundo pensava sociedade civil como uma coisa virtuosa. E eu acho que a sociedade civil é tudo, é virtuosa, é não-virtuosa, ela é o retrato da humanidade. Então acho que foi devido a esse tipo de pensamento que escrevi aquele artigo que realmente destoa do *mainstream* da época. Hoje muito menos...

PA: Hoje os diagnósticos são nessa direção, não é?

ER: É. Ainda para comentar essa coisa da ênfase no ator, da volição, eu trabalho atualmente em outro projeto em que realmente saio fora da minha trajetória como pesquisadora. Estou em um projeto coordenado pela Michele Lamont, de Harvard que é sobre estratégias individuais para lidar com o preconceito, e que envolve Estados Unidos, Brasil e Israel. Nos casos dos Estados Unidos e do Brasil, a gente está analisando as estratégias de superação do estigma e do preconceito entre negros. Em Israel, são palestinos e outros segmentos excluídos. O projeto é da Michele Lamont, sou simplesmente colaboradora da parte brasileira, mas é uma coisa que acho muito interessante, muito estimulante. Sempre evitei estudar essa questão de cor no Brasil, eu acho uma coisa tão difícil, tão difícil, tão ambígua! Ao mesmo tempo eu me sentia culpada, pois como é que alguém que estuda desigualdades não vai analisar problemas de cor?

AP: Você às vezes anuncia a questão da cor nos seus textos.

ER: Tenho que encarar, tenho que lidar com isso. A gente está trabalhando isso há algum tempo, está bem avançado o trabalho. Na verdade, a gente compara respostas de pessoas de cor. Como o projeto é americano, a gente fala que é um estudo sobre relações raciais, mas não é. No caso do Brasil, é cor. No caso do Brasil, é Rio de Janeiro e, no americano, é Nova York. A gente tem analisa dois grupos: um que a gente chama de *middle class* ou *upper middle class*, que na verdade conceituamos como negros que tem educação superior;

e uma outra amostra com pessoas da classe trabalhadora. Foi muito difícil arranjar o equivalente ao brasileiro, que acabamos definindo como pessoas com curso secundário completo e emprego formal. São entrevistas em profundidade.

AP: Vocês estão fazendo entrevistas em profundidade. Isso está acontecendo agora?

ER: Até já terminamos as entrevistas, estamos na parte de codificação.

AP: Os primeiros resultados confirmam as hipóteses de vocês?

ER: Está muito interessante, porque eu nem tinha muita hipótese, o que eu tinha era uma perplexidade: como é que é essa história de cor? E o que eu posso dizer hoje é que a população negra que a gente entrevistou também vive essa perplexidade. Mesmo as pessoas que parecem totalmente polarizadas, que se vêem como negros, que são ativistas, elas também são ambíguas, porque a situação brasileira é ambígua. Mas uma coisa interessante é que, mesmo quando elas reconhecem o preconceito, elas também têm uma consciência de que há alguma coisa esperançosa no caso brasileiro. Isso eu acho que é uma coisa promissora.

AP: Quer dizer, há uma percepção de mudança?

ER: Sim, há uma percepção de mudança.

SN: Eu tenho uma pergunta para te fazer, Elisa, que gostaria que respondesse considerando a sua trajetória, que tem início antes da implantação da pós-graduação no Brasil que, paradoxalmente, começou no governo militar, no auge do governo militar, no período pós-68. Você vivenciou a institucionalização da pós-graduação no Brasil, participou ativamente disso como aluna e como professora. Eu gostaria então que você opinasse sobre esse sistema hoje, no sentido de dar continuidade ou descontinuidade ao sistema inicial. Principalmente se consideramos esse momento atual em que tudo é mediatizado pelo Currículo Lattes.

ER: Eu não acho que houve ruptura. Na verdade, a gente começou um programa de pós-graduação no Brasil como um nicho muito elitista. Então, com o nicho elitista, você tem aquela idéia de que “nós somos os melhores”. Não havia necessidade do Lattes, pois todo mundo se conhecia e a consciência de que nós éramos os melhores era imperante. Mas na medida em que o ensino se democratizou, aconteceu essa coisa que todo mundo diz: “Caiu o nível”. Caiu, por um lado e, por outro, melhorou muito. Acho que tanto em relação à graduação quanto à pós-graduação, se você olha de um ângulo, parece que piorou demais, mas se você olha de outro, melhorou incrivelmente.

SN: Melhorou em que sentido?

ER: As pessoas têm muito mais informação. Quando eu fiz a pós-graduação, você podia ser muito mais aplicado, mas o que estava disponível para a gente ler era muito limitado. Agora tem muito mais influências, muito menos paradigmas dominantes, e eu acho que isso é estimulante. Agora, a questão do Lattes, como em todo lugar, é complicado, porque as pessoas reagem muito por conta da quantificação, por não ter muito conteúdo. Mas que outra avaliação seria possível? Eu acho que outras avaliações correm o risco de ser muito mais distorcidas, muito mais expostas à subjetividade, à personalidade. Eu fico muito frustrada também, porque é claro que o Lattes, às vezes, é frustrante, mas eu acho que qualquer tentativa de corrigi-lo tem que ser feita com muito cuidado. Eu vejo às vezes as pessoas sugerindo coisas que acho perigosas. Por exemplo, fazer *ranking* de editoras. É uma coisa muito delicada, sobretudo na nossa área. Mas incomoda, e não é só na área de Ciências Sociais não, estive no CD [Conselho Deliberativo] do CNPq há algum tempo atrás e lá vi meus colegas de outras áreas — da Física, da Matemática — igualmente preocupados com o quantitativismo.

O que acho com relação ao Lattes é que poderia ser um sistema um pouco mais leve. Ele é burocratizado demais. Aquele formato de currículo é voltado para o sistema de avaliação do CNPq. É correto que seja assim, mas acontece que ele é utilizado para tudo e é um formato de currículo que você não pode usar, por exemplo, para conseguir um emprego em uma empresa. Ele é acadêmico demais. Outra coisa que tem certo um exagero: está todo mundo muito feliz porque tem não sei quantos mil currículos no sistema, mas isso torna o sistema muito pesado. Deveria talvez ter nichos separados. Todo mundo que tem Bolsa de Iniciação Científica tem um currículo Lattes e é bom já estar lá no sistema, mas, por outro lado, não se espera que um aluno de graduação tenha um currículo, pois ele está em formação ainda. Acho que poderia talvez ter um cuidado de torná-lo mais leve, um sistema operacional mais leve, mas não há dúvida de que ele é muito útil.

SN: Porque aumentou o número de pessoas...

ER: Pois é, aumentou muito, democratizou. Quando eu fiz pós-graduação, todo mundo se conhecia. As reuniões da ANPOCS, por exemplo, eram reuniões de amigos. Cabia todo mundo dentro de um hotel pequenininho e hoje é essa coisa enorme.

AP: E em termos de temas, o que você acha dos temas que estão sendo hoje objetos de pesquisa, de teses de doutorado?

ER: Tem uma coisa que mudou muito: hoje em dia as escolhas de temas seguem uma orientação hedonista, pois as pessoas escolhem aquilo que elas gostam. Eu vim de uma escola em que você tinha que ter distância do objeto, essa que era a receita da época. Então

as pessoas trabalhavam temas a partir de preocupações menos identitárias. Eu noto que as escolhas agora são muito identitárias, e não é só no Brasil. Eu acho que é uma coisa da cultura da época, em outras esferas e contextos também é assim. Você paga um preço por isso, que é o de perder um pouco da sistematicidade da profissão. Em certo sentido, o trabalho fica mais artesanal.

AP: Você fala em perder a sistematicidade, ou seja, perder o rigor conceitual, ou rigor teórico?

ER: Não sei, algumas pessoas, a maior parte delas faz teses muito rigorosas, mas os cânones a que elas respondem são como que particulares. A própria ideia de que você já não tem mais os grandes projetos e todo mundo é original, extremamente original, tem vantagens e desvantagens. Por exemplo, se você olhar em outras áreas, normalmente as pessoas fazem tese de doutorado na linha do professor. Entre nós essa não é a coisa, porque você orienta teses sobre as coisas mais variadas. Isso está me incomodando há alguns anos, mas agora, mais recentemente, descobri que não é só porque a gente deixa o aluno solto não, é porque a gente não oferece para eles grandes projetos. Eu achava que a cultura estava muito voluntarista, que cada um escolhe o que quer. Mas não é só isso. Agora, pela primeira vez na vida eu tenho muitos alunos trabalhando dentro do meu projeto. É por quê? Porque é um projeto em que eles cabem, eles podem ser originais trabalhando lá dentro. Esse projeto em que estou trabalhando atualmente é sobre a mudança nas relações entre Estado, sociedade e mercado e já está algum tempo focalizado em ONG's. Dentro desse projeto tenho alunos de graduação, de mestrado e de doutorado. É a primeira vez que tenho gente trabalhando exatamente dentro do meu projeto e, no momento, tem 11 pessoas, considerando todos os níveis.

AP: Você criou um laboratório?

ER: Sim, eu criei um laboratório. Eu nunca tinha escrito artigos com aluno, que é um modelo muito das ciências exatas. E comecei a escrever com alunos. Mariane Koslinski e eu, quando ela estava escrevendo tese, publicamos um artigo na *World Development* utilizando os dados desse projeto. E acho que outros vão poder aparecer em breve, mas, enfim, acho que tem muito pouco. Os próprios professores trabalham em projetos muito artesanais e seria perfeitamente possível ter um projeto maior, incluindo mais gente. Esse projeto 'de percepções da elite' me ensinou isso um pouco também. Consegui fazer um trabalho comparativo que sempre achei que era impossível. É difícil, mas sem ter que levantar tantos fundos, porque eu só financiei a parte brasileira e a do Haiti, tive gente interessada fazendo em outros países. Isso eu acho que é das coisas mais necessárias: comparar. A gente tem muito pouco estudo comparativo no Brasil, muito pouco. Tem uma certa ideia de que nós somos originais e acho que é natural; eu vejo que esse é o caso da Índia também.

Os países de dimensão continental tendem a ser um pouco fechados neles mesmos. Então tem muita gente que fala disso, mas quase não conheço trabalhos comparativos. Não é necessário comparar internacionalmente não, mesmo domesticamente falando você poderia comparar. Até dentro do Rio de Janeiro acho que falta essa ideia, por isso estou insistindo nessa ideia de projetos artesanais, para que as pessoas tenham seus projetos, seus objetos, estudos de caso. Atualmente a minha campanha mais séria é essa. As ciências sociais não tem laboratório, nosso laboratório é comparar, não tem outra alternativa.

PA: Você acha que isso tem relação com o fato de que talvez grandes modelagens teóricas e de pesquisa hoje depois da redemocratização vão sofrendo... já não informam mais - o cânone não informa mais como em outro momento? A pulverização dessas perspectivas que vai produzindo também como efeito essa diversidade de temas, objetos, esse caráter artesanal?

ER: Eu acho que tem isso sim, eu acho que essas duas coisas voltam. Por um lado, essa falta de paradigma, como você diz, em que todo mundo consegue ser artesanal, eu acho que vem exatamente disso. Você modela o seu projeto sem preocupar com quem você está dialogando. Mas tem a outra coisa também: do ponto de vista operacional faltam tentativas de desenhar um projeto comparativo, um projeto maior que caiba mais gente. Pouca gente faz isso. Isso acho que é um pouco mais brasileiro que de outros contextos.

AP: Elisa, você acha que isso compromete o cientista social brasileiro?

ER: Não, não é que comprometa. Acho que a gente está gerando muita informação, mas ficamos um pouco vulneráveis no contexto internacional. A gente fala muito de internacionalização das Ciências Sociais e acaba acontecendo um isolamento.

PA: Sobre a inserção profissional, você disse a respeito da sua trajetória que “o caminho óbvio era dar aula”. E hoje, após a graduação, o destino não é necessariamente dar aula, porque o mercado está muito saturado. Hoje você tem outras possibilidades. Você acha que isso tem impactado o formato da Ciência Social, e até nesse ponto que você tocou do trabalho artesanal, pontual?

ER: Não sei. Eu não consigo ver uma conexão tão imediata, mas o que acho que é falta esforço no sentido de preparar o aluno para outro mercado. Acho que grande parte do que se ensina ainda é voltada para produzir professores. Isso é uma coisa que está muito incrustada. As pessoas reagem muito à ideia de renovar, mudar o currículo que você aprendeu quando era aluno, isso aí é sério. A metodologia que se ensina até hoje é normalmente da mesma maneira que se ensinava 30 anos atrás. Acho que faz falta você pensar que seu aluno tem que ser formado para atuar de uma forma diferente, pois

estamos produzindo gente que trabalha em mil outras esferas. E acho também que o mestrado, sobretudo, poderia ser muito mais profissionalizante. No momento, no Brasil, pensa-se que o profissionalizante é menor que o acadêmico e eu acho que não. Pode até ser maior, ele tem que ser diferente. Acho que poderíamos formar muito mais mestres do que formamos. E outro aspecto ligado à questão financiamento: as pessoas têm medo de ampliar demais as matrículas e não se conseguem produzir teses suficientes, fazendo com que isso comprometa a avaliação do programa. Venho falando há algum tempo que deveríamos ter um sistema, e acredito que a CAPES seria sensível a ele, que seria o seguinte: você poderia ser avaliado quanto ao tempo de titulação no que diz respeito aos alunos que tem financiamento e que vão ser estudantes de tempo integral. Mas ao mesmo tempo você poderia ter um número enorme de alunos que não têm bolsa, não podem estudar em tempo integral e podem vir a ser bons mestres. Poderiam ter um tempo maior, poderia ter outro formato. Acho que o mestrado deveria ter isso e não se restringir à preparação para o doutorado, como ele tende a ser. Virou uma etapa

PA: O mercado está chamando um novo tipo de profissional de Ciências Sociais. Quais seriam as dificuldades para atender esse mercado? Como você entende esse gargalo para essas mudanças sociais?

ER: Nunca pensei sistematicamente sobre isso, mas falamos muito de estudo de caso e estávamos nos referindo ao estudo de caso artesanal. Mas você poderia utilizar o “caso” como material didático, não como material de pesquisa. Ao invés de ir canonicamente estudar o pensamento de autores, você poderia ter exemplos de problemas sociais, de questões que foram discutidas por pessoas as mais variadas e fazer disso um curso, um curso menos acadêmico mesmo. Fico impressionada, por exemplo, em como a gente é voltado para a história da nossa própria disciplina. Isso acho que é a tônica brasileira, tem trabalhos de excelente qualidade, mas se vai fazer história do pensamento, você está fazendo História. Nós temos muito pouco estudo, na verdade, sobre a produção dos sociólogos. A gente tem muitas excelentes biografias intelectuais. Se você conseguisse usar a história da disciplina para analisar problemas, talvez você conseguisse formar um profissional mais diversificado, voltado para outros tipos de atividades que não a didática.

PA: Você acha que a graduação já tem um papel nesse movimento? Eu me sinto responsável por essa passagem, por isso estou aproveitando essa conversa para perguntar a você.

ER: Acho que a graduação poderia e deveria ter um papel nisso. Uma coisa que eu acho, por exemplo, é que nos últimos períodos da formação de graduação os alunos poderiam ter acesso ao curso de pós-graduação, como acontece em diversos lugares. Eu já tentei vender essa ideia e fui totalmente derrotada. Porque acho que seria uma maneira de evitar tanta seriação — faz graduação, depois mestrado, depois doutorado — seria fazer uma fusão mais precoce.

AP: Quer dizer, ainda na graduação o aluno teria acesso à pós-graduação?

ER: O aluno teria acesso à pós-graduação e digamos que ele pudesse fazer dois cursos optativos. Claro que isso se daria com o aluno que tivesse um bom rendimento e tivesse condições de acompanhar a graduação e o mestrado. Isso acontece em muitos outros lugares e acho que é bom. Eu gosto muito de dar aula na graduação, acho que é muito estimulante, é o momento em que você está lidando com gente que é mais questionadora. Quem vai fazer o mestrado já está sabendo o que quer, já está formatado. Na graduação acho que é muito estimulante e acho que poderia ser uma coisa desse tipo. Também acho que a graduação poderia ter menos disciplinas, e disciplinas mais formativas. Não adianta você dar infinitos cursos de Ciências Sociais para um aluno de Ciências Sociais, acho que deveria ter um bom curso de Biologia, de Matemática, um mínimo de ciência até para saber se é isso mesmo que ele quer. O aluno brasileiro que faz Ciências Sociais na graduação dificilmente consegue fazer mestrado numa área que não seja a das Ciências Sociais.

AP: Quer dizer, você está defendendo uma volta ao ciclo básico?

ER: Se bem que não é uma volta, porque a gente nunca chegou a ter ciclo básico na sua plenitude. Eu acho que estou propondo uma coisa mais parecida com o modelo americano, que atualmente a Europa toda está caminhando para ele.

AP: Elisa, como você vê a formação do cientista social? Você vê diferença entre esse cientista social que está defendendo uma tese de doutorado hoje e quando você tinha orientandos na década de 80? Você acha que eles têm a mesma preparação? Porque hoje nós temos menos tempo no mestrado e no doutorado. Você acha que eles têm a mesma formação teórica, têm os mesmos instrumentais analíticos para serem cientistas sociais doutores?

ER: Acho que não é uma questão de tempo, não. O que mudou foi a tônica da disciplina. O curso de teoria que vocês tiveram, que eu tive, eram cursos muito mais fechadinhos. Podiam até nem ser tão fechados, mas voltados para alguns autores. Vocês todos tiveram mais ou menos a mesma formação. Hoje o grau de arbitrariedade é muito maior, pois para cada turma, se é um professor diferente que dá a teoria, a formação é completamente diferente. Acho que se perdeu um pouco essa ideia do que é básico, não sei se isso é para melhor ou para pior, mas é diferente do que eu tive e do que vocês tiveram.

PA: Há professores que têm o hábito de dizer, na graduação e no segundo grau, que os alunos hoje parecem ler menos. Você acha que isso faz sentido? Da década de 80 para cá há mudança no perfil desse alunado?

ER: Acho que aí mistura muito com a coisa da democratização social, pelo menos na minha perspectiva. Se olho no geral, claro que esses alunos do IFCS lêem muito menos hoje do que os do passado. Mas também aconteceu o seguinte: as turmas cresceram exponencialmente. Eu tenho 80 alunos nos cursos obrigatórios do IFCS. Na média, parece que lêem pouco, mas alguns são extraordinariamente bons e lêem muito. Então de novo acho que a questão é a ampliação das turmas.

AP: Da massificação dos cursos...

ER: Dos cursos em geral, sem falar também que, com a revolução da comunicação, as coisas mudaram mesmo. Não se pode esperar que as pessoas leiam como eu lia como aluna do segundo ano de faculdade, cem páginas do *Economia e sociedade* por semana, como era exigido da gente na época de graduação. A gente tinha que ler em espanhol, que era a única edição que existia. Hoje você não pode exigir de ninguém ler cem páginas por semana para uma disciplina, porque todos estão expostos a muitas demandas.

AP: Na internet tem sinopse de tudo...

ER: Tem sinopse de tudo, então é outra cultura. Não sei se eu falaria isso todo semestre, mas nesse semestre e nos últimos tenho tido alunos de graduação tão bons — a minoria, é claro — que não dá para falar que hoje é muito pior.

PA: Quanto a esse processo de mudança na formação do cientista social, eu tenho percebido que ele tem sido chamado para outras funções no Terceiro Setor, como gestor público, no governo, mas eu não sei qual é o perfil desse profissional. Você acha que isso pode surtir o efeito inverso, no sentido de esse profissional que realiza trabalhos dessa natureza, ao retornar para o mundo acadêmico, provocar uma alteração na estrutura do currículo acadêmico? Seria mais ou menos assim mesmo que os processos acontecem?

ER: Aí eu não sou tão otimista não. Primeiro, porque acho que dificilmente as pessoas voltam. As esferas são muito paralelas e o mercado de trabalho no Brasil é muito pouco flexível. Se você vai para uma área não-acadêmica, entrar na área acadêmica depois é muito difícil. Até porque, retomando a conversa anterior, uma pessoa que trabalha numa ONG ou no governo dificilmente compete em pé de igualdade se resolve fazer um concurso público para professor. E tem uma coisa que me preocupa um pouco, relativa ao fato de que no momento, no Brasil, com essa história de o cientista social participar em esfera de governo, está havendo um certo exagero no sentido de achar que tudo tem que ser para responder uma demanda imediata. Tem um lado bom nisso, já que estamos sendo relevantes, mas há esse exagero. Tem pouca especulação na ciência social brasileira, eu lamento. Acho que tem que ter de tudo, tem que ter diversificação, mas tem muito pouco

trabalho puramente reflexivo, porque ou as pessoas fazem a história da disciplina ou estão respondendo às demandas imediatas. Eu acho que a pergunta que o Paulo colocou faz sentido. Tem uma certa sensibilidade ao mercado de trabalho, não cabe todo mundo na universidade. Se você vai para fora, naturalmente você tem que tentar responder às demandas. Isso é natural, tem espaço para todo mundo. Agora, está faltando espaço para pessoas que queiram fazer um trabalho de reflexão teórica. Dois anos atrás fui convidada para organizar as sessões de teoria da American Sociological Association. E lá você sabe que não é só com *abstract*, as pessoas tem que mandar o trabalho inteiro e você seleciona. Os *papers* que recebi eram de teoria. Recebi tanto *paper* que fiquei pensando como é impressionante como se tem recursos para manter tanta gente trabalhando sem ser para responder a demandas imediatas. E havia trabalhos maravilhosos, embora, é claro, nem todos fossem bons.

AP: Eram trabalhos acadêmicos de professores ou de estudantes?

ER: Eram de jovens terminando o doutorado, ou jovens doutores. Eu acho que você tem que ter espaço também para teoria pura dentro de uma estrutura acadêmica universitária. Aqui eu não sei se a gente não tem espaço ou se falta interesse. Na verdade, é muito pouco o que se produz no nível puramente teórico no Brasil.

AP: Você tem uma produção teórica muito presente...

ER: Eu tento fazer isso, mas não sei se não tem muito espaço. Como todo mundo, eu também sou desafiada a pensar nas nossas necessidades imediatas. A ideia é que tem que se fazer tese depressa. Tem uma cultura que é nossa também de achar que teoria é mais ambicioso, mais demandante. E não é não, porque o trabalho empírico ruim é tão ruim quanto uma teoria ruim.

AP: Elisa, eu queria que você nos falasse um pouco sobre o futuro das Ciências Sociais. Indaga-se muito se as Ciências Sociais estão respondendo à complexidade das mudanças. Como você vê as mudanças da década de 70 para cá? Na década de 70 a literatura era sempre sobre Estado e sociedade, era um diálogo muito mais claro. Como você vê hoje esses desafios?

ER: Acho que a Ciência Social é sempre uma reflexão sobre os desafios do presente. É por isso que distingo muito o estudo da História do estudo da Sociologia. Desde que a disciplina Ciência Social foi formulada, a Sociologia, ela foi formulada já com essa ideia de ser uma reflexão sobre o presente. Nós somos nesse sentido uma ciência profundamente histórica, porque a gente está sempre refletindo sobre os problemas do nosso momento histórico. Tenho a sensação de que as coisas mudaram muito mesmo da década de 70 para agora e

acho que, com isso, o perfil das Ciências Sociais vai ficando também multifacetado. Talvez a gente esteja assistindo a uma formação de subdisciplinas que depois vão virar disciplinas. Mesmo na Ciência Política, que é muito mais arrumadinha e mais fechadinha, você tem linhas que mal se comunicam. Algumas publicações de Ciências Políticas atualmente conversam muito melhor com a Economia e com *Business* do que com a Sociologia ou a Antropologia. Estão optando por uma coisa mais formal. Agora, isso não é tudo, porque, por outro lado, você tem dentro da Economia gente investindo cada vez mais em Geografia Econômica, e aí essas pessoas vêm conversar com a gente. Então eu acho que há a possibilidade de emergirem novos ramos dentro da base das disciplinas sociais e acho que tem mudanças. No ano que vem teremos um congresso de Sociologia em Gothenburg — aproveito aqui para fazer propaganda — em julho. O tema do congresso é “Sociology on the move”. Eu acho que a gente está sempre ‘*on the move*’. O que levou à escolha desse tema é que o movimento do presente é muito grande, é perturbador, as coisas estão mudando muito mesmo. E tem uma oferta de *papers* infinitamente maior. Isso foi surpreendente, porque você pode dizer que a Suécia não atrai tanta gente, não é exótica. Mas tem muita gente oferecendo muita coisa e um dos GTs da International Sociological Association é sobre *future studies*. Esse grupo tem talvez um dos maiores volumes de ofertas de trabalho. Está todo mundo querendo pensar o que está mudando, pensar o futuro. Por acaso eu só co-organizadora de uma sessão desse grupo e há milhares de pessoas oferecendo os trabalhos sobre riscos, sobre transformações nas profissões, sobre as coisas mais variadas. Muitos sociólogos estão sentindo que o momento presente é o momento de reflexão, que as coisas vão tomar rumos novos. Eu não sei como a gente vai responder a isso, porque, por um lado, é claro você tem demandas que são brasileiras e a gente vai responder aos desafios brasileiros. Mas, por outro lado, também a disciplina é cada vez menos paroquial; não faz mais sentido falar em Sociologia brasileira, Sociologia inglesa, porque fazemos parte de uma sociedade científica que se comunica muito mais, que é cada vez mais internacionalizada. Então, nesse sentido, a problemática brasileira tem que ser também inserida em um âmbito maior. E não sei se estamos fazendo isso com muita vontade. Vejo às vezes uma certa tendência de volta ao passado, essa ideia do desenvolvimentismo que está tão na moda de novo. Eu tenho a impressão de que esse conceito de desenvolvimentismo é um pouco datado, que a gente está tentando reeditar um mito lá da década de 50/60, quando hoje a gente não pode pensar em desenvolvimento nos mesmos termos que pensávamos antes. Eu não sei se a gente está preparado, eu gostaria de ouvir mais discussão sobre isso. Que tipo de gente nós estamos formando para responder a que tipo de demanda? E que pesquisa nós estamos fazendo para esclarecer isso?

AP: Essa é uma boa pergunta, não é?

ER: Eu acho que um balanço desse tipo seria muito bom.